

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.773, DE 2019

Apensado: PL nº 3.236/2020

Altera a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estabelecer conteúdo do laudo técnico emitido por médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e adotar rito sumaríssimo em litígios e medidas cautelares relativos a auxílio-doença.

**Autor:** Deputado AFONSO MOTTA

**Relator:** Deputado MENDONÇA FILHO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.773, de 2019, de autoria do Deputado Afonso Motta, objetiva alterar a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer conteúdo do laudo técnico a ser emitido por médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) resultante da perícia, bem como para adotar rito sumaríssimo em litígios e medidas cautelares relativos a auxílio-doença.

Adicionalmente, a referida proposta legislativa prevê a atribuição à Previdência Social do ônus da prova da aptidão do segurado para retornar ao trabalho e que a ação judicial ou medida cautelar contra decisão de médico perito poderá ser apresentada pelo empregador ou pelo segurado a partir da data da perícia.

No âmbito da justificativa oferecida à mencionada iniciativa legislativa pelo autor, é assinalado que seu propósito é corrigir um limbo jurídico previdenciário de empregadores e empregados que recorrem ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para recebimento de auxílio-doença ou auxílio-acidente. Com esse intuito de aperfeiçoamento, o laudo



emitido pelo perito deverá conter informações que permitam que o contraditório se estabeleça e os litígios tocantes ao auxílio-doença seguirão o mesmo rito sumaríssimo já assegurado pelo art. 129 da Lei nº 8.213, de 1991, para o auxílio-acidente e será imposto à Previdência Social o ônus da prova da aptidão do segurado para o retorno ao trabalho.

De acordo com o que foi despachado nesta Câmara dos Deputados, a aludida proposição acha-se distribuída, para análise e parecer, à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (em substituição à extinta Comissão de Seguridade Social e Família, no âmbito da qual foi apreciada ao final da última legislatura encerrada) e a esta Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania, nos termos dos artigos 24 e 54 do Regimento Interno desta Casa, a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

À referida proposta legislativa, foi apensado, para o fim de tramitação conjunta, o Projeto de Lei nº 3.236, de 2020, de autoria do Deputado Lucio Mosquini, que cuida de alterar a Lei nº 8.213, de 1991, para possibilitar ao empregador apresentar recurso ao Conselho de Recursos da Previdência Social e ação judicial contra decisões do INSS que indefiram a concessão ou prorrogação do benefício do auxílio-doença a seus empregados. Segundo a justificação apresentada pelo referido proponente, a proposição apensada também busca solucionar limbo previdenciário ou trabalhista, em relação ao conflito de entendimentos entre a perícia médica do INSS e os médicos do trabalho das empresas, acerca da capacidade laboral dos empregados após a cessação do auxílio-doença.

Na extinta Comissão de Seguridade Social e Família, em 15 de dezembro de 2021, foi apresentado o parecer da relatora, Deputada Leandre, pela aprovação de ambos os projetos de lei aludidos na forma de substitutivo e, em 30 de novembro de 2022, aprovado o parecer.

O substitutivo adotado pela referida Comissão trata de acolher os tópicos principais do conteúdo emanado de ambos os projetos de lei analisados em face dos argumentos oferecidos pelos autores respectivos, além de aperfeiçoar a redação empregada. Por seu intermédio, também se procede,



de maneira parcial no texto da lei objeto de modificações, a substituição do termo “auxílio-doença” por “auxílio por incapacidade temporária”. Não é, porém, ali acolhida a adoção do rito sumaríssimo em litígios e medidas cautelares relativos a auxílio-doença com suporte em argumentação no sentido de que esse rito, presente nas ações acidentárias da Justiça do Trabalho, não caberia ser aplicado às causas em que, figurando uma entidade autárquica federal (no caso, o INSS) como interessada, na condição de autora, ré, assistente ou oponente, sejam julgadas pela Justiça Federal, por força do disposto no Art. 109, inciso I, da Constituição da República.

Consultando os dados relativos à tramitação das referidas matérias legislativas no âmbito desta Casa, observa-se que, no curso de prazo concedido neste Colegiado para oferecimento de emendas, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre todas as proposições mencionadas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

Os referidos projetos de lei se encontram compreendidos na competência privativa da União para legislar sobre direito processual e seguridade social, sendo legítimas as iniciativas legislativas e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria naqueles versada (Constituição da República: Art. 22, caput e respectivos incisos I e XXIII; Art. 48, caput; e Art. 61, caput). Vê-se, pois, que tais projetos de lei obedecem aos requisitos constitucionais formais exigidos para a espécie normativa.

Além disso, essas proposições não contrariam, à evidência, normas de caráter material erigidas pela Carta Magna, bem como os princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico.



No que tange à técnica legislativa empregada nos projetos de lei em apreço, é de se verificar que se encontra de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, salvo quanto a algumas irregularidades neles encontradas.

Em relação ao substitutivo adotado pela extinta Comissão de Seguridade Social e Família, igualmente não vislumbramos em seu texto evidentes óbices concernentes aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade. Há, porém, ali defeitos quanto à técnica legislativa que cabem ser sanados.

Passemos ao exame do mérito dos projetos de lei e do mencionado substitutivo.

Consoante foi assinalado pela relatora no âmbito da extinta Comissão de Seguridade Social e Família, “o indeferimento do auxílio-doença previdenciário ou acidentário é um dos grandes problemas enfrentados pelo segurado da previdência social, quando submetido à perícia médica de avaliação de incapacidade para o trabalho no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”. Isso porque, quando o benefício é negado, “o profissional é encaminhado de volta ao trabalho, mesmo em situações nas quais ainda não está em condições plenas de exercer suas atividades”.

Portanto, é de se estabelecer, em linha com o proposto no Projeto de Lei nº 5.773, de 2019, um conteúdo mínimo de informações no laudo pericial para permitir uma contestação de modo consistente de suas informações e conclusões, seja na via judicial, seja administrativa.

Também é de se acolher as medidas elencadas nos projetos de lei aludidos a fim de que reste legitimado o empregador para apresentar recurso às Juntas de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS e também promover ação judicial contra decisões do INSS que indefiram a concessão ou prorrogação do benefício do auxílio-doença (também conhecido por auxílio por incapacidade temporária) a seus empregados.

De modo complementar, também impende acolher a inovação objeto do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família



que busca estender a previsão de legitimação para oferecimento de recurso na via administrativa pelo empregador às Câmaras de Julgamento, que apreciam os recursos das Juntas.

No que refere à medida que prevê a adoção do rito sumaríssimo, presente nas ações acidentárias da Justiça do Trabalho, de que trata o Projeto de Lei nº 5.773, de 2019, compartilhamos a mesma opinião já esposada pela relatora no âmbito da extinta Comissão de Seguridade Social e Família no sentido de sua rejeição, uma vez que as causas em que uma entidade autárquica federal (INSS) figura como interessada, na condição de autora, ré, assistente ou oponente, são julgadas pela Justiça Federal (por força do disposto no Art. 109, inciso I, da Constituição da República) e também que o Código de Processo Civil de 2015, ao unificar o procedimento comum, deixou de prever ritos sumário ou sumaríssimo, subsistindo, no âmbito da Justiça Federal, nesse sentido, apenas o rito que cumpre ser observado pelos Juizados Especiais Federais.

Quanto à substituição desenhada apenas de maneira parcial, no texto da Lei nº 8.213, de 1991, do termo “auxílio-doença” por “auxílio por incapacidade temporária” (ou seja, projetada somente em parte dos dispositivos que a tal benefício se refiram pelo mencionado termo), entendemos que não deve prosperar pelo imperativo de harmonização de todo o conteúdo normativo expresso.

Diante do exposto, o nosso voto, no âmbito desta Comissão, é, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 5.773, de 2019, e nº 3.236, de 2020, apensado, nos termos do substitutivo adotado pela extinta Comissão de Seguridade Social e Família com a subemenda substitutiva global ora apresentada.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado MENDONÇA FILHO  
Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO  
DE LEI Nº 5.773, DE 2019, ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre conteúdo do laudo técnico emitido por médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e possibilitar ao empregador a apresentação de recursos ao Conselho de Recursos da Previdência Social, bem como pleitear judicialmente a concessão ou reativação de auxílio-doença a seus empregados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21-A. ....

.....

§ 3º A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entregará ao segurado um laudo conclusivo de seu exame pericial, contendo:

I - nome completo do segurado que se submeteu à perícia;

II - declaração inequívoca de existência ou não do nexo causal entre a doença e a atividade laboral;

III - declaração inequívoca da aptidão ou inaptidão do segurado para o retorno ao trabalho;

IV - número de dias aos quais o segurado fará jus ao benefício;

V - orientações para o recebimento do benefício, em linguagem acessível para o segurado;

VI - orientações para o segurado ou seu empregador apresentarem recurso administrativo ou judicial;

VII - assinatura, nome e matrícula do médico perito.” (NR)

“Art. 60. ....



.....

§ 11. O segurado ou o empregador que não concordar com o resultado da avaliação acerca da qual dispõe o § 10 deste artigo poderá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, recurso da decisão da administração perante o Conselho de Recursos do Seguro Social, cuja análise médica pericial, se necessária, será feita pelo assistente técnico médico da junta de recursos do seguro social, perito diverso daquele que indeferiu o benefício.” (NR)

“Art. 60-A. Os empregadores poderão apresentar recurso ordinário às Juntas de Recursos e recurso especial às Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social, sobre as seguintes decisões relativas a seus empregados:

I - indeferimento de concessão ou prorrogação de auxílio-doença;

II - cessação de auxílio-doença, na hipótese de que trata o § 10 do art. 60 desta Lei.

§ 1º Os recursos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo terão efeito suspensivo quando interpostos por empregadores contra decisão com fundamento em parecer da perícia médica do INSS que concluir pela capacidade laborativa do segurado, desde que observados, cumulativamente:

I – a juntada de relatório de Médico do Trabalho que ateste a incapacidade para o trabalho por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, com indicação da data de início da incapacidade;

II – o cumprimento dos demais requisitos legais para a concessão e manutenção do benefício.

§ 2º Reconhecido o efeito suspensivo, na forma do § 1º deste artigo, o auxílio-doença deverá ser concedido ou prorrogado até o exame do recurso ordinário pela Junta de Recursos, que decidirá sobre a manutenção do benefício.”

“Art. 60-B. O empregador poderá pleitear judicialmente a concessão ou reativação de auxílio-doença a seus empregados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado MENDONÇA FILHO  
Relator





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233579825200>



\* CD 233579825200 \*